

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O CONCEITO DE JUSTIÇA NA *ÉTICA NICOMACHÉA*

BOLSISTA: JENIFER ORAN LIMA, CNPQ

MANAUS
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Jenifer Oran Lima, CNPq

RELATÓRIO Final
PIB - H- 0071/2010

O CONCEITO DE JUSTIÇA NA *ÉTICA NICOMACHÉA*

Relatório Final do Programa de Iniciação
a Pesquisa – PIBIC 2010/2011,
referente a pesquisa sobre o conceito de
justiça na *Ética Nicomachéa*, que faz
parte do grupo de estudo de Filosofia
Antiga e está inserido no projeto

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria do Socorro da Silva Jatobá

MANAUS
2011

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	08
2. APRESENTAÇÃO DA OBRA	09
3. O CORPUS ARISTOTELICUM	11
4.A ESTRUTURA DAS CIÊNCIAS PARA ARISTÓTELES	14
4.1. A filosofia prática	14
5. VIRTUDE	17
6.JUSTIÇA	19
7.CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	22
REFERÊNCIAS	23

RESUMO

INTRODUÇÃO

A obra *Ética Nicomaquéia* (Ἠθικά Νικομάχεια) consiste numa investigação sobre qual é o *summum* bem do homem, busca a finalidade à qual todas as ações humanas tendem e durante este percurso a justiça se mostra como ligada diretamente ao bem maior do homem.

O texto tem o caráter de certa forma de ser uma tentativa de tratado. Porém, na verdade, ao que parece, é o próprio esboço do filósofo acerca da questão. Possui o caráter de utilidade aos que se interessam sobre o assunto. E expõe a visão da distinção entre ética e moral, ou seja, ao campo a que cada área pertence.

Esta distinção pouco se parece com a atual concepção destes dois conceitos, onde ética refere-se ao cumprimento das leis vigentes no grupo que foram estabelecidas, enquanto moral representa um campo da ética, relativo ao indivíduo e ao grupo ao qual pertence, onde certas normas são internalizadas pelo grupo.

Ética em Aristóteles, mas especificamente na obra em questão, refere-se ao campo teórico das leis e regras da sociedade, enquanto moral concerne à prática das ações consideradas justas, e que promovem o bem tanto para o indivíduo que a executa como para o restante da sociedade.

A justiça tem papel fundamental para o alcance do sumo bem humano, visto que seu correto exercício torna não só ação justa como o homem justo.

E assim, ao longo deste texto ocorre uma busca para compreender o problema que se destaca nesta investigação, que é o da justiça como uma virtude moral e ao mesmo tempo uma condição *sine quo a num* para a aquisição da própria virtude.

O presente relatório parcial consta em sua estrutura de exposições e comentários sobre a apresentação da obra, o *corpus* aristotélico, a estrutura das ciências para Aristóteles, virtude e sobre uma sucinta definição de justiça tanto de Aristóteles como de

alguns de seus comentadores. Estes pontos foram eleitos devido a seu grau de importância para uma adequada introdução aos temas que foram relevantes para a concepção das definições que envolvem a ética aristotélica.

A pesquisa encontra-se em um estágio que pode ser definido como o momento de comparação e reflexão das leituras já realizadas (já descritas nos formulários de frequência), contudo continuando no estágio de seleção do que de fato interessa diretamente ao tema da investigação e o que é fonte secundária ou que fornece aprofundamento pouco viável ao grau de investigação a que se propõe um projeto de iniciação científica.

Ainda há textos há ler e poucos livros da bibliografia citada como necessária ao estudo à adquirir, pois em alguns casos optou-se por emprestar os livros que pouco se utilizaria livros.

O estudo encontra-se, além disto, num momento de já possuir algumas referências para poder formar uma visão ampla do objeto de estudo da pesquisa e os possíveis entendimentos a que chegaremos.

Outra questão foi a percepção da amplitude de conceitos que envolvem o tema da justiça de forma direta, e a necessidade de adequar a apresentação do estudo de forma sumária, contudo esta foi uma descoberta feliz, pois ampliou a visão sobre o entendimento das minúcias e peculiaridades da discussão da ética aristotélica.

Quanto as fontes, foram eleitas algumas obras de alguns dos mais renomados comentadores de Aristóteles, como Richard Kraut, Alasdair MacIntyre, Marco Zingano, Richard Bodeús, entre outros.

E a tradução da obra objeto realizada por Edson Bini, que demonstra que seu estudo atendeu ao cuidado de fornecer grande quantidade de atributos necessários para compor uma detalhada investigação desta obra de Aristóteles.

A escolha destas fontes favoreceu a pesquisa em diversos aspectos, tais como, facilidade de compreensão do assunto apresentado, aproximação direta com os objetivos e necessidades básicas da pesquisa, e principalmente o contato com interpretações e comentários de alta qualidade e perspicácia.

Além de prezarem pelo cuidado ao traduzirem satisfatoriamente termos gregos para o português, mesmo que autores e tradutores diferentes não utilizem as mesmas palavras em português, percebeu-se que houve certa harmonia quanto à significação e tentativas de aproximação dos termos em grego.

De forma geral, os objetivos específicos seguem dentro da proposta inicial e dos resultados esperados, entretanto durante a pesquisa observou-se que para explicitá-los com a devida clareza seria necessário maior espaço discursivo para, através de um estudo mais aprofundado dos termos correlatos ao conceito de justiça demonstrar adequadamente a solidez em que se baseia a estrutura deste conceito, que tem se apresentado cada dia mais interessante e fértil.

Todavia, esta questão já se notou inviável tanto devido ao tempo reservado a pesquisa, quanto a necessidade de adequação as diretrizes referentes ao número de laudas para expor os resultados ao programa, de maneira que é preciso reconhecer que tais questões deveriam ter sido melhor consideradas durante a definição das pretensões dos objetivos específicos, delimitando-os os conceitos que seriam trabalhados e os que não seriam.

No mais eles permanecem descritos como estão, visto não haver perda quando ao atendimento das metas que eles propõem, deixando claro mais uma vez, que apenas serão trabalhados na medida direta à suas necessidades.

O presente Relatório Parcial procurou na medida do possível, preencher todos os requisitos exigidos nos guias de elaboração.

Informamos ainda, que optou-se por utilizar para compor no título deste trabalho a versão em latim – *Ethica Nicomachéia* - do nome da obra base, que em português frequentemente é traduzido por *Ética Nicomachéa* e *Ética a Nicômaco*. Tal escolha se deve a primeira versão e tentativa de tradução, estar mais próxima do título original em grego - Ηθικά Νικομάχεια - do que as versões atuais em português.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É reconhecido o fato segundo o qual, desde a antigüidade, a *Ética Nicomaquéia* tornou-se – no conjunto das obras de Aristóteles – objeto destacado de interesse e de estudo dos especialistas e estudiosos de Aristóteles e dos problemas de ética. Tal posição se deve também, a despeito de ser atribuído ao filósofo grego três grandes tratados (*Ética Eudêmia*, *Magna Moralia* e *Ética Nicomachea*) consagrados à investigação e natureza das ações e das virtudes morais.

Ao estabelecer a felicidade (*eudaimonia*) como o fim último da ação humana e ao considerá-la como uma virtude moral, Aristóteles passa a ser compreendido como um dos grandes representantes da ética da virtude e do *eudamonismo*.

E ao definir a *eudaimonia* como uma certa atividade da alma segundo a perfeita virtude (I 6 1098a16-17) e ao distinguir virtude moral e virtude intelectual, Aristóteles apresenta a justiça como a virtude por excelência, aquela que possibilita e conduz ao alcance da felicidade tanto do indivíduo quanto da cidade.

Este estudo partiu de tal contexto filosófico na intenção de investigar, compreender e apresentar neste trabalho os conceitos e problemas fundamentais que são apresentados e discutidos na economia da *Ética Nicomaquéia* à luz do conceito de justiça.

2. APRESENTAÇÃO DA OBRA

A obra *Ética Nicomachéa* (Ἠθικά Νικομάχεια) consiste numa investigação sobre qual é o summum bem do homem, busca a finalidade a qual todas as ações humanas tendem, e durante este percurso a justiça se mostra como ligada diretamente ao bem maior do homem.

O texto tem o caráter de certa forma de ser uma tentativa de tratado, porém na verdade ao que aparenta, é o próprio esboço do filósofo acerca da questão. Possui o caráter de utilidade aos que se interessam sobre o assunto, e expõe a visão da distinção entre ética e moral, ou seja, ao campo a que cada área pertence. Esta distinção pouco se parece com a atual concepção destes dois conceitos, onde ética refere-se ao cumprimento das leis vigentes no grupo que foram estabelecidas, enquanto moral representa um campo da ética, relativo ao indivíduo e ao grupo ao qual pertence, onde certas normas são internalizadas pelo grupo.

Ética em Aristóteles, mas especificamente na obra em questão, refere-se ao campo teórico das leis e regras da sociedade, enquanto moral concerne à prática das ações consideradas justas, e que promovem o bem tanto para o indivíduo que a executa como para o restante da sociedade.

A justiça tem papel fundamental para o alcance do sumo bem humano, visto que seu correto exercício torna não só ação justa como o homem justo.

Em geral a obra aparenta ser um tratado sobre a ação (*práxis*), contudo, é perceptível que há uma profunda busca de uma fundamentação sobre o agir e como ele se dá durante os diversos momentos e intenções do autor da ação.

A obra é composta de dez livros, “e trata da ciência da ação individual (a ética), aborda seus principais aspectos, como o bem, as virtudes, os vícios, as paixões, os desejos, a amizade, o prazer, a dor, a felicidade, etc.” (Bini, pág. 22).

Ursula Wolf vê a estrutura do texto da seguinte forma¹:

- O livro I apresenta a questão do bem do homem
- Os livros II a VI focam a vida política
- Os livros VII a IX tratam de temas afins
- O livro X na sua primeira metade trata do prazer e a segunda metade trata da vida teórica.

E ainda nos fornece o seguinte desdobramento

- I. A respeito do conceito de fim, de bem e da *eudaimonia*
- II. Definição da *Arete* ética (virtude, excelência)
- III. (1-7) *Heukousion* (voluntariedade) e *proairesis* (propósito, decisão)
- III. (8 -12) *Aretais* éticas singulares
- IV. *Aretais* éticas singulares
- V. A justiça
- VI. As *aretai* intelectuais
- VII. (1-11) A falta de domínio
- VIII. (12-15) primeiro tratado sobre o prazer, a amizade
- IX. A amizade
- X. (1-5) O segundo tratado sobre o prazer
- XI. (6-9) A resposta a questão da *eudaimonia*
- X (10) A transição para a política

¹ WOLF, Ursula. *A Ética a Nicômaco de Aristóteles*. Tradução de Enio Paulo Giachini. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

3. O *CORPUS* ARISTOTÉLICO

Estima-se que, Aristóteles teria escrito cerca de quatrocentas obras, das quais restam aproximadamente 47 entre autênticas, provavelmente autênticas, de autenticidade duvidosa, e fragmentos das obras perdidas².

Suas obras versam sobre os mais diversos assuntos, entre eles, sobre lógica, artes, ética, política, leis, sobre a história das constituições atenienses, sobre psicologia, fisiologia, zoologia, botânica, biologia, astronomia, física, matemática, entre outros.

Elas estão divididas em obras exotéricas e esotéricas, divisão esta feita por Andrônico de Rodes que foi o responsável juntar os escritos acromáticos aos esotéricos após a descoberta destes³, fator esse que foi possibilitou uma maior e melhor compreensão do que de fato era composta obra aristotélica:

OBRAS EXOTÉRICAS - obras de divulgação para pessoas de fora do Liceu, ou seja, para um círculo mais amplo. Apesar de terem o estilo mais cuidado eram escritos cujo teor não era tão profundo, devido ao ser caráter de ser acessível ao público em geral.

Estas obras versavam comumente sobre retórica e dialética e geralmente estavam sob a forma de epístolas, diálogos e transcrições de palestras. Seu conteúdo provém de palestras que Aristóteles fizera com seus discípulos e derivam principalmente das aulas públicas sobre retórica e dialética.

OBRAS ESOTÉRICAS – ou acromáticos eram os escritos que foram encontrados posteriormente na Itália. Seu conteúdo era mais aprofundado, minucioso e complexo, ou seja, mais propriamente filosóficos. Eles eram subdivididos em notas de aula e em obras realmente científicas, versavam sobre física, metafísica, ética e política e durante certo

² Conforme nos indica Mário da Gama Kury na página 8 de sua tradução de *Ética a Nicômaco*.

³ Em uma adega em Corisco (Itália) por volta do século 50 a.C.. Após tal descoberta os escritos foram transferidos para Roma, onde foram organizados conforme conhecemos atualmente.

período circularam exclusivamente nas mãos dos discípulos e amigos do estagirita. Estes escritos eram destinados ao estudo dentro da escola e requeriam conhecimentos prévios para a possibilidade de sua compreensão.

Dentre estes destacam-se os três tratados sobre ética atribuídos a Aristóteles, intitulados Magna Moralia, Ética Eudêmia e Ética a Nicômaco.

Entre as três a Magna Moralia é a menor, sendo dividida em dois longos livros, o primeiro com 34 capítulos e o segundo com 17, totalizando 52 páginas. Ainda hoje não há unanimidade entre os especialistas sobre a autenticidade desta obra, mas a opinião em que a maioria crê, é que se trata de um curso de ética que Aristóteles ministrou quando jovem e que foi transcrita após sua morte.

A Ética Eudêmia por muito tempo foi atribuída a Eudemo de Rodes, aluno de Aristóteles e pretendente à sua sucessão no Liceu. Mas a atual opinião dos intérpretes das obras aristotélicas, é que se trata de uma obra autêntica.

Há duas possíveis explicações para a origem de seu título, onde uma afirma que ele é devido a possibilidade de Aristóteles ter dedicado a obra à seu aluno Eudemo, e a segunda, afirma que, na verdade a obra seria a edição das notas feitas por Eudemo.

A Ética a Nicômaco é a obra ética mais comentada desde a Antiguidade, seu título se deve ou a possibilidade de Aristóteles ter dedicado a obra a seu filho, que assim como seu pai, se chamava Nicômacos. Ou ainda, a possibilidade que ela teria sido editada por seu filho que também era seu aluno no Liceu a partir de suas das notas de aula.

É unânime entre os especialistas a opinião de que se trata de uma autêntica obra de Aristóteles.

A Ética Nicomachéa, trata dos principais aspectos da ciência da ação individual, a ética, tais como o bem, as virtudes, os vícios, as paixões, os desejos, a amizade, a felicidade, etc.

A divisão dos livros em capítulos não provém do texto original, ela foi feita por Immanuel Bekker e pode ser conferida na Edição das Obras Completas de Aristóteles para a Real Academia da Prússia (Berlin, 1831).

Têm em comum com a *Ética Eudêmia* três livros – (EE IV – V- VI = EN V- VI – VII). A mais provável explicação para este fato, é que estes livros pertenciam originalmente a *Ética Eudêmia* e que por motivos desconhecidos foram transpostos à *Ética a Nicômaco* após serem feitas algumas adaptações. O quadro abaixo expõe a ordem e o assunto desses livros comuns às duas éticas.

Quadro 1

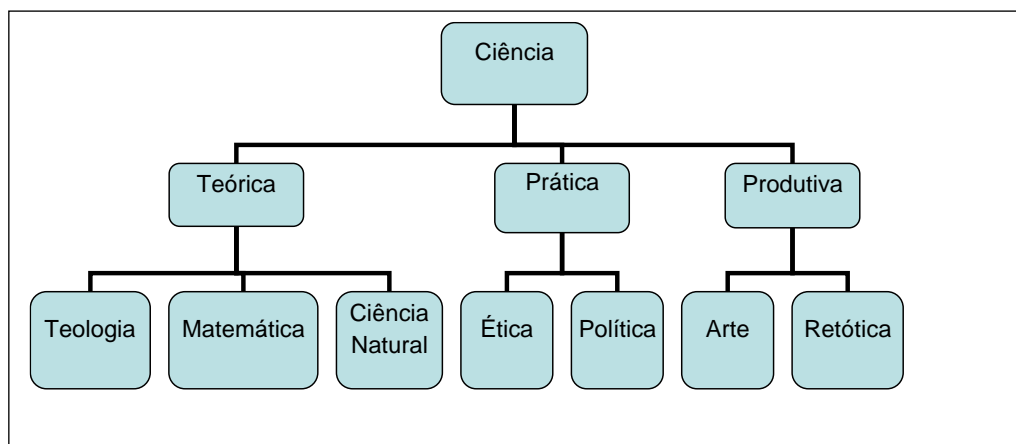
E.E.	E.N.	Assunto
IV	LIVRO V	a justiça
V	LIVRO VI	estudo da virtude intelectual no campo prático: a prudência
VI	LIVRO VII	estudo da acrasia, intemperança e bestialidade primeiro tratado do prazer

Quanto a cronologia dos textos não há base suficiente para arriscar uma data aproximada do surgimento dos textos, contudo a opinião corrente é que a *Ética Eudêmia* surgiu primeiro à *Ética a Nicômaco* e que a *Magna Moralia* surgiu posteriormente a ambas.

4. A ESTRUTURA DAS CIÊNCIAS PARA ARISTÓTELES

Aristóteles compreendia o conhecimento a partir da divisão feita por ele conforme a ciência que determinada área do conhecimento tratava. Ele distinguiu o conhecimento, a ciência em: ciência teórica, ciência prática e ciência produtiva, onde cada qual abarcava as disciplinas que estuda. O quadro abaixo ilustra essa distinção.

Quadro 2



4.1. A Filosofia Prática

A *Ética a Nicômaco* tem como objeto justamente a ética, ou filosofia prática. A denominação Filosofia Prática se deve ao fato de que o objeto desta ciência são as coisas praticáveis, ou seja, ela é constituída pelas ações, pela *práxis*, termo grego que têm seu princípio baseado na escolha e na iniciativa do homem.

A relação entre escolha e iniciativa é necessariamente direta, visto que possuem conexão imediata uma com a outra para que ocorra a ação.

A filosofia prática possui o caráter ativo na realidade humana, julgando o valor dessa realidade e das relações nela contidas, buscando determinar o que é bom e o que é mau, na intenção de com isso melhorá-las.

Quanto ao método utilizado na obra ele está relacionado ao caráter tipológico do tema da filosofia prática, da ética, da filosofia moral. Ou seja, entende que deve limitar o seu estudo somente até o ponto que for suficiente para a investigação da questão das ações belas e justas.

De forma que, não se deve chegar aos detalhes da questão para não perder o foco da sua aplicação prática. Trata da verdade, mas apenas em linhas gerais.

Este método é descrito no livro I como sendo o que procede das coisas mais conhecidas a nós, portanto, procede das experiências, ou seja, das coisas mais conhecidas em si.

O princípio da filosofia prática são aqueles que são aprendidos por meio do hábito. Seu método é a dialética, ou procedimento dialético, que pode ser definido como um método filosófico que tem origem na demonstração a partir das opiniões (*endoxa*) que são aceitas pela maioria das pessoas ou pelos sábios. Esse método é comum tanto as ciências teóricas quanto às ciências práticas, além de ambas as filosofias (ciências) procurarem a verdade. Ambas buscam o conhecimento de como as coisas são efetivamente.

Na filosofia prática a verdade não é o fim, mas, como nos explica Enrico Berti, é sempre um meio em vista da ação no momento presente (2002). A filosofia prática busca o motivo do seu ser apenas para transformá-lo.

Na *Ética Nicomachéa* o objeto da ciência política (outra denominação da filosofia prática) é o bem supremo do homem, ou seja, seu fim último, e motivo pelo qual todos os outros bens são investigados e considerados.

Para Aristóteles o Bem como fim último é algo que é objeto de desejo, de tendência por parte do homem, algo que ainda não se realizou, mas que é praticável e que deve-se praticar.

O Bem é/ significa/representa o bem de cada indivíduo, mas também o bem de toda cidade – *pólis* - visto que o singular faz parte dela. O bem da cidade pressupõe o bem dos indivíduos que a compõe.

Entre as características que descrevem a ciência política, as principais são:

- nela é o legislador que prescreve o que se deve fazer e o que se deve abster-se;
- ela delinea de forma geral o que é o bem supremo do homem;
- não considerar detalhadamente as implicações particulares da questão, já que não é sua intenção ser um discurso exato;
- ela serve-se de um conhecimento em vista de um fim posterior.

A ciência política não pode chegar aos detalhes das ações nobres e justas, não pode determinar estas com rigor ou exatidão, mas apenas indicar o que é o nobre/belo e justo em sentido geral, e exige capacidade de dominar as paixões, motivo pelo qual os jovens são considerados inaptos para ela.

O método da filosofia prática é o que procede das coisas mais conhecidas a nós, ou seja de se proceder da experiência. Onde o termo experiência é entendido como hábito moral adquirido, e nunca um mero conhecimento exterior.

Há três tipos de princípios para se chegar ao conhecimento:

- aqueles apreendidos por meio de indução
- aqueles descobertos por meio da sensação
- aqueles aprendidos por meio do hábito

E a Filosofia prática segue o princípio de que o conhecimento é aprendido por meio do hábito.

5. VIRTUDE

No final do Livro I da E. N. Aristóteles aborda a questão da dualidade entre corpo e alma e o fato de serem distintas, além de corroborar com a opinião da superioridade da alma. E assim, defende que a alma possui uma parte racional enquanto sua outra metade é a parte irracional.

Entretanto na parte desprovida de razão há um elemento que também segue o princípio racional, podemos chamá-lo de faculdade desiderativa, ou seja, a faculdade responsável pelos desejos nos homens, que embora possam ser irracionais, também podem se guiar e ceder aos princípios da racionalidade.

Aristóteles de forma equivalente divide as virtudes como podendo ser virtudes intelectuais ou virtudes morais⁴ e indica a prudência, a sabedoria como virtudes intelectuais e a generosidade e temperança como virtudes morais.⁵

Ursula Wolf ao final da obra A Ética a Nicômaco de Aristóteles⁶, apresenta um quadro de concordância e equivalência da tradução deste termo segundo o tradutor e/ou comentador da obra objeto. De forma que, em suas diferentes acepções está: competência, virtude, capacitação e entre outros, excelência. Entretanto e comumente mais aceita a tradução de *areté* pelo termo virtude.

A *areté* é a excelência de uma coisa. No livro I 1095b130 Aristóteles afirma que a virtude é um bem maior que a honra, e que portanto, a virtude é a finalidade da vida política.

Para Aristóteles a virtude é um meio (*meson*) para alcançar um fim superior, e para existir deve necessariamente ser posta em prática, e está prática pode ser conforme alguns meios necessários a sua obtenção.

⁴ Moral aqui possui o sentido do que diz respeito ao caráter habitual ou costume. Ou seja, têm relação com o termo *éthos* grego.

⁵ E. N. I, 1103a1, 5-8.

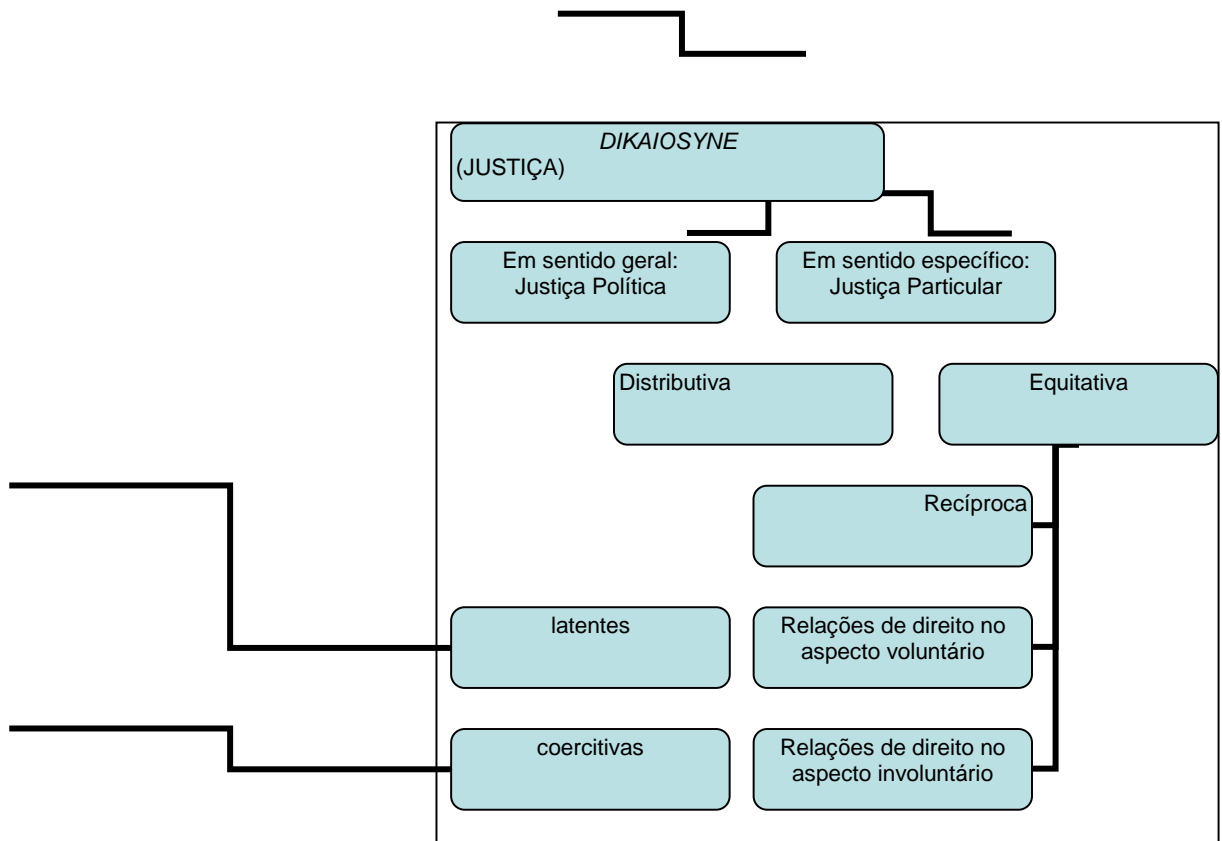
⁶ WOLF, Ursula. *A Ética a Nicômaco de Aristóteles*. Tradução de Enio Paulo Giachini. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

A virtude ética é um estado habitual que leva a escolher, que é um justo meio relativo a nós, o qual é determinado por uma regra, tal como determinaria o homem prudente (E. N. II, 1106b36).

6. JUSTIÇA

Esquema das subespécies de justiça (Wolf)

Quadro 3



Segundo Alasdair MacIntyre⁷, *Dikaiosyne* em português pode ser entendido por justiça. Termo este que tem duplo significado, sendo instituição ou justiça política; virtude ou justiça moral, e as vezes sendo empregados os sinônimos *díke*, *dikaiótes*, *díkaion*, significando justo, o que é justo.

⁷ *Justiça de quem? Qual racionalidade? Capítulo: A Visão de Aristóteles sobre a justiça* – pág. 118 - Tradução de Marcelo Marques. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

Conforme seu entendimento, *Dikaiosyne* impõe exigências diferentes sobre os cidadãos em cada um dos seus diferentes papéis sociais - exercer virtudes específicas no modo de ser governado e no modo de governar - (Política III, 1277b12-21).

Dikaiosyne em um dos seus sentidos refere-se a tudo ao que a lei exige, em outras palavras, refere-se ao exercício de todas as virtudes por cada cidadão em seus relacionamentos com os outros cidadãos, este sentido é geral.

Já em sentido mais restrito, fato que a diferencia do primeiro tipo, é empregada como nome de uma virtude particular. De maneira que, neste sentido é de dois tipos.

O primeiro é a justiça distributiva, tipo que consiste na submissão ao princípio da distribuição, que é o que define a ordem protegida pela justiça corretiva. Por outro lado, a justiça corretiva tem a função de restaurar a ordem justa que fora parcialmente aniquilada por alguma ação ou ações injustas.

Na *Ética Nicomachéia* ver-se a mesma conclusão, porém Aristóteles trabalha os fundamentos dessas definições e a validade dos argumentos que as sustentam.

A questão da justiça está presente em toda a obra, porém está explicitamente em questão no livro V, entretanto o autor utilizou os primeiros quatro livros para fornecer fundamentos, conceitos e compreensões necessárias para que o leitor tenha tido acesso a todas as noções que precedem e compõe o mote da obra.

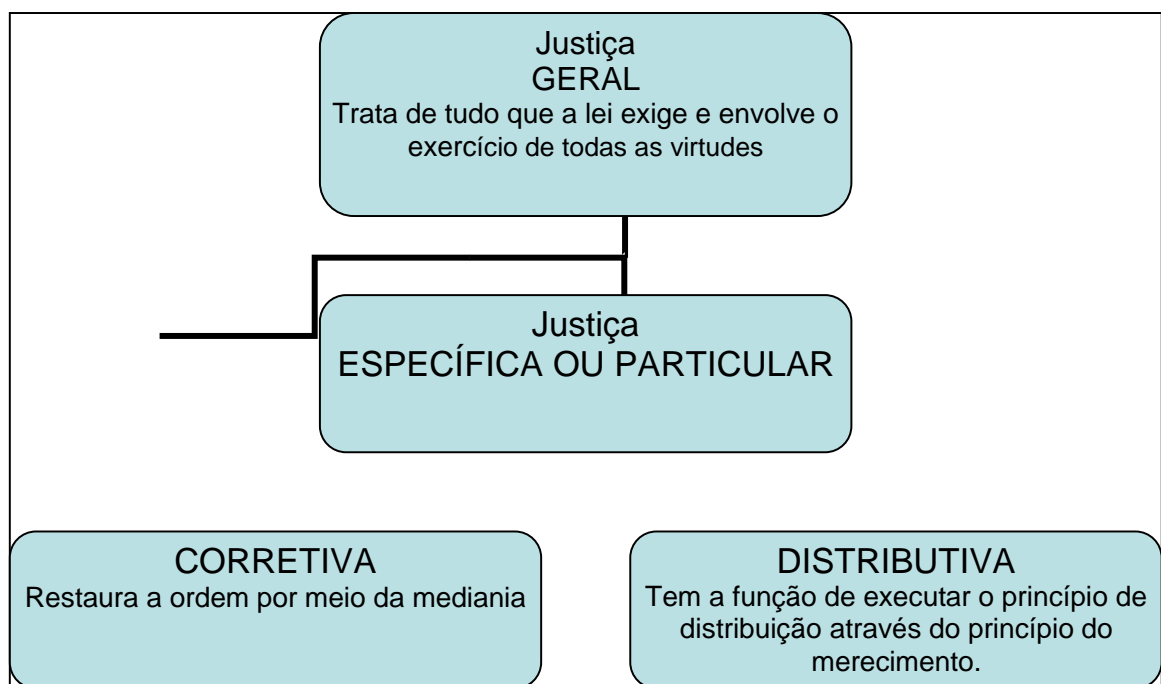
Na *Ética Nicomachéia* em 1132a 30-33, é exposta a origem do termo justo (*dikaion*) e fala-se também do juiz (*dikastes*). Estes termos têm sua origem etimológica no termo grego *díke*, que conforme nos indica Benveniste⁸ confere a representação de um direito formular, determinando para cada situação particular o que se deve fazer. [...] O juiz – hom-dikas-pólos é aquele que tem a guarda do conjunto de fórmulas e pronuncia com autoridade, decide a sentença apropriada.

⁸ BENVENISTE, Émile *O Vocabulário das Instituições Indo-Européias II – Poder, Direito, Religião*. Tradução de Denise Botmann, Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

É preciso deixar claro que o conceito *Díke* está diretamente vinculado ao de *Thémis*, entretanto a origem etimológica, significação e importância de *Thémis* serão apresentadas somente no relatório final, assim como um melhor detalhamento da relação dos termos *Díke* e justiça por via da investigação da origem do vocábulo grego que é um de seus correspondentes em português.

Por fim, segue abaixo uma breve síntese da definição de justiça, baseada no Livro V Ética Nicomaquéia.

Quadro 4



REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Tradução de Edson Bini. Bauru-SP: Edipro, 2007.

_____. *Ética a Nicômaco*. Tradução Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores vol. IV)

_____. *Ética a Nicômacos*. Tradução Mario da Gama. Brasília: EdUnb, 1992.

AUBENQUE, Pierre. *A Prudência em Aristóteles*. Tradução de Marisa Lopes. São Paulo: Discurso Editorial, 2005.

BARNES, Jonathan (org.). *Aristóteles*. Tradução de Ricardo Ploch Machado. Aparecida-SP: Idéias e Letras, 2009.

BENVENISTE, EMILE. *O Vocabulário das Instituições Indo-Européias I – Economia, Parentesco, Sociedade*. Tradução de Denise Botmann. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995

_____. *O Vocabulário das Instituições Indo-Européias II – Poder, Direito, Religião*. Tradução de Denise Botmann, Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

BERTI, Enrico. *As Razões de Aristóteles*. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BODEÚS, Richard. *Aristóteles, a justiça e a cidade*. Tradução de Nycola Nyimi Campanário. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GOBRY, Ivan. *Vocabulário Grego da Filosofia*. Tradução de Ivone C. Benedetti. Revisão Técnica de Jacira de Freitas. Caracteres gregos e transliteração do Grego de Zélia de Almeida Cardoso. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

HADOT, Pierre. *O que é Filosofia Antiga*. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

KONSTAN, David. *A Amizade no Mundo Clássico*. Tradução de Márcia Epstein Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006.

- KRAUT, Richard (org.) *Aristóteles: a Ética a Nicômaco*. Tradução de Alfredo Storck...[et al.]. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MARTINICH, *Ensaio filosófico: o que é, como se faz*. Tradução de Adail U. Sobral. São Paulo: Ed. Loyola, 2002.
- MACYNTIRE, Alasdair. *Justiça de quem? Qual racionalidade?* Tradução de Marcelo Marques. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- MUÑOZ, Alberto Alonso. *Liberdade e Causalidade: ação, responsabilidade e metafísica em Aristóteles*. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.
- PETERS, F.E. *Termos Filosóficos Gregos: um léxico histórico*. Tradução de Beatriz Rodrigues Barbosa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- RICKEN, Friedo. *O Bem-Viver em Comunidade: a vida boa em Platão e Aristóteles*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- ZINGANO, Marco. *Estudos de Ética Antiga*. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.
- ZINGANO, Marco. *Aristóteles: tratado da virtude moral; Ética Nicomachea I 13- III 8*. São Paulo: Odysseus, 2008.